



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 1372/06	DATA: 14/12/2006
INÍCIO: 11h51min (Com intervalo)	TÉRMINO: 15h22min	DURAÇÃO: 03h31min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 1h44min	PÁGINAS: 41	QUARTOS: 22

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
ENIVALDO RIBEIRO – Deputado Federal. JOÃO MAGALHÃES – Deputado Federal.

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos dos Deputados Enivaldo Ribeiro e João Magalhães.
--

OBSERVAÇÕES
A reunião foi suspensa e reaberta. Há intervenção inaudível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marquezelli) - Declaro abertos os trabalhos da 45ª reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, 14 de dezembro de 2006 — estava marcada para as 11h, mas só a estamos iniciando às 12h —, para a oitiva do Deputado Enivaldo Ribeiro (Representação nº 85/06; Processo nº 42/06; Relator: Deputado Eduardo Valverde).

Encontra-se sobre a mesa um comunicado para o Deputado Ricardo Izar, enviado pelo gabinete do Deputado Cabo Júlio, documento que passo a ler:

“Sr. Presidente, cumprimentando-o cordialmente, de ordem do Exmo. Sr. Deputado Cabo Júlio, incumbiu-me encaminhar a V.Exa. cópia do atestado médico. Posteriormente encaminharemos o original.

Em tempo, aproveito a oportunidade para renovar a V.Exa. destaque de elevado respeito e distinta consideração.”

O Deputado Cabo Júlio encaminhou atestado médico para a Mesa.

Passo a palavra ao Deputado Enivaldo Ribeiro para que faça suas considerações.

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Sr. Presidente, Sr. Relator, meu advogado aqui presente, demais presentes nesta platéia, venho aqui, nesta hora, como é lógico, com muito constrangimento, mas muito constrangimento mesmo. Tenho 32 anos de vida pública. Na primeira vez que fui candidato a Deputado Estadual, no Estado da Paraíba, fui o mais votado. Antes de terminar o meu mandato de Deputado, disputei a eleição de Prefeito de Campina Grande, e administrei aquela cidade por 6 anos, porque houve uma prorrogação de mandato naquela época. Graças a Deus, nós tivemos a oportunidade de fazer uma administração muito boa, porque nós tivemos a amizade particular de um Ministro daquele tempo. Era um superministro, que me deu muito apoio em Campina Grande: o Ministro Mário Andreazza. Fizemos muitas obras, mas muitas mesmo, recebemos muito dinheiro. Demos início, inclusive, ao conhecido São João de Campina Grande, que hoje é conhecido como o maior São João do mundo. Foi tudo iniciativa nossa. Abrimos avenidas, construímos centros de atividades, distrito de serviço mecânico, que é uma obra que só existe em Campina Grande, firmamos



convênio com o Banco Mundial, trouxemos vários Ministros para minha cidade. Tivemos inclusive a oportunidade de receber McNamara, que foi Presidente do Banco Mundial, Secretário de Defesa do Governo Kennedy. Não vou aqui falar mais para não me tornar enfadonho. Mas quero dizer que ali fizemos uma administração muito grande. E, depois, deixei a Prefeitura, fui ser Secretário de Saneamento e Habitação no Governo de Wilson Braga, que é Deputado Federal hoje. Posteriormente, novamente fui Deputado Estadual; depois, Deputado Federal pela primeira vez; depois, pela segunda e, agora, pela terceira vez. A minha vida sempre foi pautada, e eu gostaria que houvesse uma análise, uma dissecação sobre a minha vida pública lá na Paraíba. Todos deveriam procurar vê-la. É bom que façam isso, porque estamos expostos a uma coisa que eu nunca tive na minha vida, que me constrangeu, constrangeu a minha família, constrangeu os meus amigos, e tenho muitos aqui, que vieram para me dar força, para me dar energia. Quando eu ia entrando ali, me perguntaram assim: “*Você está tranqüilo?*” Meu Deus, quem fica tranqüilo num negócio deste, exposto a uma coisa desta? Ninguém fica tranqüilo com uma história dessa. Tranqüilo, sim, porque eu tenho como me defender. E apelo pela consciência — graças a Deus, já soube que o Relator é um homem de muita consciência, e isso me tranqüilizou muito. Tenho a certeza de que eu vou ser absolvido, porque os meus documentos correspondem totalmente à realidade, provando as discrepâncias que aquelas pessoas que me acusaram tiveram com relação a essa nossa situação. Eu gostaria, portanto, de renovar o pedido para que fosse dissecado... Num caso como este, e em outros como o meu, deviam ver a vida de cada um. Ao se acabar com a vida de um cidadão, tem de se analisar com mais profundidade, não é somente chegar, pegar e jogar a pessoa à sanha, às vezes, até de inimigo nosso. Tivemos uma eleição agora, aproveitaram muito isso, tanto os nossos adversários como até os correligionários que levavam para poder conseguir votos. Afinal de contas, os correligionários são também concorrentes. Mas enfrentamos tudo isso com a força de Deus, sobretudo, com a força da família, porque não existe uma coisa mais profunda e melhor do que uma família: minha mulher, meus filhos, meus irmãos, meus amigos mais chegados. V.Exas. não sabem o valor disso, essa força, que dá tranqüilidade. Eu sei o que sofri. Cada vez que se ligava a televisão e saíam aqueles nomes, em âmbito nacional, para mim, era um



tiro no meu coração. Mas é isso mesmo. Temos que sofrer na vida também, e que este sofrimento seja cada vez mais um motivo para se saber enfrentar esses problemas da vida. Já estou com mais de 70 anos de idade, passando por uma coisa dessas, não é? Um homem que nunca teve o menor deslize em toda a sua atividade pública. É só ver, é só ir lá na Paraíba, é só testar aqui mesmo no Congresso Nacional, com tantos anos que eu tenho aqui, nunca, nunca tive nada, nada que manchasse, que maculasse a minha vida pública. Nada. E eu, como disse ainda agora, vim aqui constrangido, e é lógico que venho constrangido, triste. Mas estou aqui para responder a qualquer pergunta que me façam. Não vou falar mais. Passo a palavra ao nosso Presidente, esperando que, se Deus quiser, a gente vá se sair bem nisso, para que eu volte à minha tranqüilidade e à tranqüilidade de minha família, dos meus.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Markezelli) - Passo a palavra, então, ao nobre Relator, Deputado Eduardo Valverde.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, peço desculpas pelo atraso. Estávamos lá na CPMI participando da leitura final do relatório. E foi importante que o conteúdo do relatório tivesse sido explicitado, até para se saber da continuidade ou não do processo de investigação. A CPMI resultou de todo esse trabalho de investigação do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Portanto, foi necessária nossa presença lá, para olhar o relatório final e até para tomar juízo de valor sobre o que está acontecendo.

Quero cumprimentar o Deputado Enivaldo Ribeiro. Faria a S.Exa. algumas perguntas.

V.Exa. conheceu o Deputado Ronivon Santiago? Ele fez algum contato, ele intermediou algum contato entre o senhor e o sócio da empresa PLANAM, tanto o Luiz como o Darci Vedoin?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Não. Eu conheci esse pessoal lá nos corredores. Não me lembro assim se fui apresentado por Ronivon ou por alguém. Está certo? Não há lembranças.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Ou seja, na verdade, o Deputado Ronivon Santiago... V.Exa. conhece o Deputado Ronivon Santiago, não é?



O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Conheço, sim.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Conhece.

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Conheço.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Ele não lhe apresentou ao Sr. Luiz Vedoin?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Se foi ele quem me apresentou, não sei, porque a gente se lembrar aqui... Aqui é um movimento, como todos sabem...

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Muito bem.

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - ...grande. Para a gente saber quem... É muito complicado para a gente dar uma resposta dessas.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - De que forma o senhor conheceu o Sr. Luiz ou o Sr. Darci Vedoin? De que forma?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Lá mesmo, nos corredores, no Congresso, eu os conheci, não é? Como ele conheceu muita gente também dessa mesma forma.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Desse encontro com o Sr. Luiz ou o Sr. Darci Vedoin resultou a apresentação de emendas aos Municípios de Aroeiras, Cubati, Ingá, Itaporanga, Lagoa Seca, Manaíra, Pedras de Fogo, Remígio, Santo André, Serra Redonda, no valor de 1,2 milhão?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Não. Não, senhor, porque não foi desse encontro que surgiu isso, não.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Não. Sim...

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - É. Houve as emendas para esses Municípios, mas não houve a interferência de ninguém. Há interferência dos Prefeitos, porque a gente bota emenda para as Prefeituras, como eu sempre botei, há 12 anos, como todos nós botamos.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Essa emendas foram apresentadas em 2004?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - É.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - As emendas foram apresentadas em que ano?



O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - As emendas foram apresentadas para o ano de... 2004.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Antes de 2004, o senhor tinha apresentado emendas parlamentares individuais para a compra de unidades móveis de saúde? Antes de 2004.

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Não me lembro. Algumas, mas, posteriormente, o que aconteceu foi que na área de saúde havia mais facilidade de seguro. Nós somos Deputados e sabíamos disso. Quando se bota para a saúde, há mais facilidade de sair para os Prefeitos. E os Prefeitos... O senhor sabe que em cidade no interior na Paraíba, ou mesmo em qualquer cidade do interior do Nordeste, há uma necessidade premente de ambulância, porque o povo se... Campina Grande, que é minha terra, por exemplo, o povo sai dos hospitais que não têm condição nenhuma para ir para a cidade. Campina Grande é um centro. Então...

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Na sua atuação parlamentar, o senhor foca na área da saúde? O senhor tem como atuação parlamentar a área da saúde, como o objetivo do mandato? O senhor prioriza as emendas parlamentares na área da saúde?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Em parte, de acordo com as necessidades. Eu tenho hospitais lá em Campina Grande, de câncer, por exemplo, que eu coloco... tem 3 hospitais que eu sempre coloco... João Pessoa também tem, eu coloco, e outras localidades, sempre...

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - O valor de 1 milhão e 120 mil reais foi o valor das emendas apresentadas na compra de unidades móveis, no geral?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Em 2004, não é, que o senhor está falando?

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Isso, 2004.

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Deixe-me olhar aqui, eu tenho aqui, todas as emendas estão aqui. Isso, 2004.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - O senhor conhece os Prefeitos de Aroeiras, Cubati, Ingá, Manaíra, Pedras de Fogo? O senhor tem relação de amizade com esses Prefeitos?



O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - O Prefeito de Aroeiras... Eu botei essa emenda para Aroeiras, mas o nosso Prefeito perdeu para outro. Esse outro foi quem fez a compra. Então, eu conheço, mas eu não tenho, assim, amizade com ele, porque ele é meu adversário. Cubati: sim, eu conheço. Ingá: conheço também. Em Ingá, foi uma tomada de preço, então, não tem... Itapororoca: não saiu. Lagoa Seca: também não saiu, a emenda que nós botamos não saiu. Manaíra: saiu. Pedras de Fogo, também aconteceu a mesma coisa de Aroeiras, o Prefeito que assumiu... foi quem fez a emenda; o meu Prefeito, o Prefeito que era meu correligionário perdeu também a eleição. Remígio: está fazendo... agora que saiu. Santo André comprou fora, não sei a quem. Serra Redonda: também saiu agora.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - O senhor teve algum contato com esse Prefeito para direcionar essa licitação, o processo licitatório?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Deputado, faz 12 anos que sou Deputado Federal. Nenhum Prefeito de canto nenhum pode chegar para dizer a mim se eu pedi para comprar ambulância ou qualquer outra coisa. Por exemplo, vamos dizer, calçamento, eu faço a minha emenda e eles fazem. Agora, cabe aos Ministérios competentes fazer a fiscalização. Eu acho que quase todos os Deputados são assim, a não ser que mude. Mas nenhum... gostaria que houvesse também uma pesquisa a respeito disso, com relação aos Prefeitos. Só é perguntar, nunca pedi a ninguém, nunca, para comprar quem quer que seja.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - O senhor se afastou do mandato em 2005?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Foi sim, senhor, em 2004.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Qual foi a finalidade? Em 2004?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Isso, em 2004.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Em 2004. Em 2005, não?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Não, em 2005, não. Em 2004, eu era Secretário de Indústria e Comércio do Estado da Paraíba.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Em 2005, o senhor apresentou emenda de 1 milhão?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Apresentei emenda, sim.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Em 2006, melhor dizendo.



O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Em 2006, também apresentei emenda.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Em 2005 e 2006. Qual foi o valor dessas emendas apresentadas em 2005 e 2006?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - De 2005, eu tenho aqui, doutor. (*Procura documentos.*) Espere aí um pouquinho... 2005... 2004... 2005 foi de 3,5 milhões o geral.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Quanto?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Três milhões e meio, o geral.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Mas para a saúde?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Para a saúde, 1 milhão e 400. Saúde, 1 milhão e 400.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - De 2005?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Porque se é obrigado a botar 30% de saúde.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - E para compra de unidades móveis?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Para compra de unidade móvel, em 2005, acho que não teve.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Em 2005 não houve? Em 2005 ou 2006?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Em 2006, 250 para unidades móveis.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - O senhor conhece o Sr. Divaldo Martins Soares Júnior?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Conheço, era meu chefe de gabinete, era meu chefe de gabinete.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - O seu chefe de gabinete recebeu algum valor dado pelo Luiz ou pelo Darci Vedoin, recebeu algum valor em espécie?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Eu soube... Ele me disse depois que recebeu.



O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Qual foi o valor que o Sr. Divaldo recebeu, e a que título?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - O valor não sei, agora sei que foi com relação a um trabalho que ele fez para esse pessoal que estava querendo implantar uma indústria ou na Bahia ou na Paraíba, ou noutro lugar.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - O seu chefe de gabinete era pessoa de confiança?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Era.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - O senhor contratou ele aqui da Câmara ou trouxe ele da Paraíba?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Não, trouxe ele aqui da Câmara.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Ele já vem de outro gabinete?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Já vem de outro gabinete.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Ele se apresentou ou foi apresentado?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Ele trabalhava em outro gabinete e ele era competente...

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - De quem?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Era do gabinete do — ele não é mais Deputado — Álvaro Neto, Deputado Álvaro Neto.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Também da Paraíba?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Também da Paraíba. Ia sair, porque eu não vou tirar ninguém de um outro colega meu, mas ele ia sair, pelos motivos lá dele, aí eu chamei.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - O senhor sabe quantos depósitos ele recebeu, o Sr. Divaldo?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Não, eu vi pelo relatório aí.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - E esses pagamentos foram feitos nesse período... Qual o período que ele recebeu esse pagamento?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Esse pagamento foi... O período que ele recebeu de pagamentos foi no período justamente desse negócio que ele teve, desse trabalho que ele fez, não sei qual foi, segundo ele me disse.



O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Em 2004?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Em 2004, sim.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - O Sr. Luiz Antônio, ou o Sr. Darci Vedoin, fez alguma contribuição de campanha à Sra. Daniela Veloso Borges Ribeiro?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Isso aí foi o seguinte: depois, quando saiu essa notícia toda, o assessor veio a mim, pelo que tinha me dito na época da eleição, foi quando eu era Secretário e minha filha foi candidata a Vice-Prefeita de Campina Grande.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Em que ano?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Em 1964, desculpe-me, em 2004. Em 2004. Ela foi candidata a Prefeita de Campina Grande, e eu era Secretário de Saneamento e Habitação, e o Divaldo, que era meu assessor, conseguiu no primeiro turno 10 mil e no segundo turno 10 mil. Depois, quando surgiu essa confusão toda, foi que eu descobri que foi desse pessoal. Mas, naquela época, essas pessoas eram tidas como de respeito, tanto que eu tenho um negócio da CINEP, que é um órgão de industrialização da Paraíba, eles procuraram saber, tem lá a informação de que eles eram cidadãos de bem. Está tudo nos autos. Toda a minha defesa está estribada em documentos, está toda estribada em documentos.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - O senhor conhece, teve contato, tem relação de amizade... qual é a relação que o senhor teria com o Sr. Ronildo Medeiros?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Quando eu era Secretário de Indústria, Comércio e Turismo, o propósito nosso era levar as empresas para a Paraíba. Aqui mesmo eu procurei outras empresas, procurei empresas em São Paulo, porque o objetivo nosso era justamente esse. Então, naquela ocasião, havia essa intenção de colocarem a empresa lá na Paraíba, e eu tive contato, sim. Inclusive, eles foram à Paraíba, tiveram uma reunião na CINEP. Está tudo documentado aí, tudo documentado.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Esses contatos com o Sr. Ronildo foram funcionais?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Funcionais.



O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Nesses contatos ou nessa relação, houve algum tipo de promessa de vantagem para ele ou para o senhor?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Não, o...

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - *“Se implantar a indústria tal nesse município, você tem essa vantagem.”*

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Não, de jeito nenhum.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Se não for diretamente com V.Exa., mas com alguém de sua relação...

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Não, não.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Como o chefe de gabinete. Poderia ter sido esse...

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Não acho.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - O senhor mantinha contato telefônico com o Sr. Luiz Vedoin?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Não. Ele telefonou. Até entrei naquela época pedindo ao Sr. Exmo. Antônio Fernando Barros e Silva, Procurador da República, para ser investigado por conta desse telefonema, porque, naquela época, eu não sabia que tinha essa história toda. Eu pedi logo. Fui logo impaciente, porque a gente fica com um negócio desse. Nessa hora, ele realmente deu um telefonema em que perguntava a situação da política. Foi na época da política. Até o Secretário da Indústria e do Comércio estava lá quando ele fez esse telefonema.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - No seu gabinete, quem que definia e quem decidia sobre as emendas?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Eu. Todas.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - O senhor era o único responsável?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Eu sou o responsável. Fui, sou e serei. Se eu ficar no meu gabinete, eu não transfiro para ninguém isso. Tanto que saiu uma história aí também dizendo que a gente tinha dado senha. A nossa não foi para ninguém. A senha que está nos autos foi a senha da Prefeitura, a nossa não. Não tem senha nenhuma.



O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - O senhor já falou, mas o Sr. Divaldo tinha senha?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Ele tinha a senha, mas nunca deu a ninguém. Isso aí ele me disse.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - O senhor foi substituído, quando o senhor assumiu a Secretaria de Indústria e Comércio, por um Deputado suplente do seu partido.

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Foi do meu partido, que era o Damião Feliciano.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Ele fez alguma emenda parlamentar? No exercício do mandato dele, ele apresentou alguma emenda?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Não.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Não fez emenda?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Não.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Qual foi o período em que o senhor ficou afastado?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Fiquei de junho a novembro.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - De junho a novembro?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - É. De 2004.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - O senhor recebeu alguma vantagem da empresa Frontal Indústria e Comércio de Móveis Hospitalares? Conhece os seus proprietários?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Não recebi vantagem nenhuma de ninguém. Nunca. Nunca. Essa empresa foi justamente a que ia se implantar, que é deles, dessas pessoas. Vantagem não recebi de homem nenhum. Fui Prefeito... Repito aqui: fui Prefeito 6 anos, e de ninguém recebi dinheiro, e muito, para fazer obra em canto nenhum. Ninguém. Pode ir lá. Meus adversários não têm condições, nem ninguém, de falar tanto assim de mim. Essa que é a verdade.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - A Sra. Maria Estela da Silva, que era empregada da PLANAM, o senhor conhece?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Não conheço, não, senhor.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Nunca teve contato?



O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Não, senhor. Eu ouvi falar dela quando surgiu essa história aí, mas nunca tive contato com ela, não.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marquezelli) - Está inscrito o Deputado Marcelo Ortiz, a quem concedo a palavra.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Sr. Presidente, Deputado Nelson Marquezelli; Sr. Relator, Deputado Eduardo Valverde; meu colega Deputado Enivaldo Ribeiro, senhor advogado Rannery Lincoln, minha querida colega Deputada Ann Pontes, sempre presente nesses atos da nossa comissão, tenho poucas perguntas a fazer ao Deputado Enivaldo. Se algumas delas já tiverem sido feitas pelo nosso Relator — tive que sair um segundo para atender o celular —, eu gostaria que fosse dito, porque eu não gostaria que ficássemos aqui na mesmice, repetindo aquilo que já foi falado.

A primeira pergunta que eu tenho para fazer ao Deputado. O empresário Luiz Antônio Vedoin faz afirmações muito contundentes contra V.Exa., diz que fez pagamentos chamados de propina. Com muita dificuldade, eu consegui tirar dele, aqui, no dia em que ele prestou depoimento, porque ele dizia que era “comissão”, o que ele pagava. Eu estava até com a preocupação de ele sofrer várias ações trabalhistas, porque comissão a gente paga para quem trabalha para a gente, e não para Deputado. Até que, num determinado momento, ele deu um sorriso. Nesse sorriso, eu disse: *“Esse sorriso está com cara de propina”*. E ele acabou confessando, sim, que a expressão era “propina”. Agora, ele acusa V.Exa. de haver recebido... Inclusive, ele disse que teria feito um depósito na ordem de 48 mil reais na conta de Divaldo Martins Soares Júnior, então seu Chefe de Gabinete, e disse que também teria feito para o próprio Parlamentar. V.Exa. diz que não é verdade isso. O que levou, ou o que leva, o Luiz Antônio Vedoin a fazer essas acusações contra V.Exa.?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Essa resposta já foi dada. Essa resposta já foi dada, anteriormente, ao Presidente e ao Relator.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Ah! Já tinha feito essa pergunta? Desculpe, então. Só para ter idéia, poderia dizer, resumidamente... O senhor não sabe a que atribui isso?



O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Não. Eu já expliquei, anteriormente, que, no caso do assessor, foi em relação a um trabalho que ele fez para ele. Eles queriam implantar empresas na Paraíba. Foi um estudo econômico, segundo ele me informou. E com relação aos depósitos na minha conta, duas, uma de 10 e outra de 10, esse recurso foi para a campanha de minha filha, que era candidata a Vice-Prefeita em Campina Grande, Paraíba. Ela era candidata a Vice-Prefeita. Ele mandou como ajuda financeira.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Ah, ele mandou na conta de V.Exa...

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Botou na minha conta.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Sei...

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Só que eu não sabia. Quem percebeu foi o meu assessor.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - V.Exa... Sim, o outro... aqui a gente tem essa...

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Isso aí está tudo documentado, porque...

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Na informação da defesa, a gente tem que o seu chefe de gabinete teria trabalhado para ele como economista.

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - É.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Eu fiz a pergunta...

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - ...se V.Exa. tem alguma coisa... Não... V.Exa. está dizendo que os depósitos foram feitos para isso ou para aquilo. A minha pergunta é: por que ele faria alegações de que deu propina a V.Exa.?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Ah, eu não sei.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Não sabe?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Não sei. Não sei.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Não tem motivo nenhum?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Não tenho motivo nenhum.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Não tem uma questiúncula anterior?



O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Olha, se o senhor observar a minha defesa, veja as contradições dele com relação aos documentos que nós temos em mão.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Não, tudo bem.

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - É só ver.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Tudo bem, colega. As contradições, a gente vai apurar depois.

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - É?

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Eu gostaria de saber do colega se tem... Às vezes, olha, tem sim, eu pisquei o olho errado para ele um dia; não o cumprimentei.

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Não. Eu não sei.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Não tem motivo? Tudo bem.

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Eu não sei. Eu não sei.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Agora, a pergunta é a seguinte, é esta... Aqui, também, na defesa consta exatamente isso que V.Exa. acaba de dizer com relação ao dinheiro para a campanha política da sua filha para ser Vice-Prefeita de Campina Grande.

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - É, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - A pergunta é: esse valor foi declarado na prestação de contas da sua filha?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Não, foi não. Na da minha filha, não foi.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Não?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Não, senhor. O senhor sabe que, muitas vezes, a gente recebe e não declara, principalmente naquele tempo. Agora, não. Agora mudaram as coisas. Mas o senhor sabe que aqui tem muita gente que não declara.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Não, tudo bem. Desculpe o colega, é que a pergunta é...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marquezelli) - Está dizendo que, na época da campanha, alguns anos atrás, ele não declarou.



O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - É... na época da campanha.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Não. Então, a pergunta é esta: não houve...

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Não, senhor...

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - ...a declaração do recebimento dessa doação do Vedoin para sua filha?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Não, senhor; não, senhor.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Eu estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marquezelli) - Muito obrigado. Está inscrita, também, a Deputada Ann Pontes.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Obrigada, Sr. Presidente.

Deputado Enivaldo, aqui na peça de defesa de V.Exa., na página 10, item 33, está assim: "*Certamente este foi o único móvel que o fez incluir o nome do acusado, aproveitando-se de depósitos que efetivamente haviam sido realizados em sua conta e de seus assessores*". Foi mais de 1 assessor?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Não, só 1.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Então, aqui há um pequeno erro.

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - É, um pequeno erro.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Apenas 1 assessor?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Só 1 assessor.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Certo. "*O acusado, na verdade, conheceu o Sr. Luiz Antônio nos próprios corredores da Câmara...*"

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Isso.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - ...já que este costumava freqüentar a Casa, entregando material publicitário dos produtos de sua empresa." Quando se deu esse conhecimento? Onde se deu esse conhecimento? V.Exa. poderia precisar mais?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Não. A gente não se lembra. Aqui, nesse corredor, a gente encontra com muita gente. Não são somente 1, 2 pessoas que têm negócios, que procuram conversar com a gente, com todos os Deputados. Eu não me lembro assim, de forma nenhuma.



A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Em nenhum local? Se foi no seu gabinete?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Não, não me lembro. Sinceramente, eu não me lembro.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Certo. E ainda na página 11, item 38, V.Exa. alega que a emenda realizada em 2004 já havia sido apresentada quando V.Exa. já o teria conhecido. Quer dizer...

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Ele mesmo diz.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - O próprio acusado diz?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Está aqui nos autos. Ele mesmo diz que já tinha sido apresentada.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Antes mesmo...

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Antes mesmo de... Está aqui: que a emenda realizada pelo acusado para o exercício de 2004 já estava apresentada.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Antes de conhecê-lo?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - É.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - É isso que a defesa quer colocar aqui?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Antes de conhecê-lo, não me lembro.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Ainda... Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Não, pode falar.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Agora, na página 17, item 62. "*Segundo informou Divaldo*", que, presumo agora, entendo que é o assessor de V.Exa...

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - É sim.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - "*...logo no início do ano de 2004, foi ele procurado pela empresa PLANAM a fim de realizar um estudo de viabilidade econômica para a instalação de uma montadora de ônibus e ambulâncias na Paraíba.*" Quem da empresa, efetivamente, procurou o assessor de V.Exa.? Porque foi procurado pela empresa PLANAM, mas não especifica aqui na defesa quem efetivamente...

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Deve ter sido um desses aí.



A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - V.Exa. não sabe informar quem especificamente procurou o assessor de V.Exa.?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Não, não sei informar.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Além desse estudo, V.Exa. tem conhecimento de que o seu assessor Divaldo tenha realizado estudos para outras empresas?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Não, não sei.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - O senhor não tem conhecimento disso?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Não sei.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Esse assessor de V.Exa. trabalha em Brasília ou no Estado?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Em Brasília. E logo que aconteceu essa história, ele mesmo pediu demissão.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Deixa eu ver se eu entendi, Deputado. O assessor de V.Exa. trabalha aqui em Brasília...

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - É daqui. Trabalha aqui em Brasília.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - ...e foi procurado pela empresa para prestar esse estudo econômico lá do Estado.

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Sim.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Ele não é do Estado?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Ele não é do Estado. Ele é do Nordeste.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Mas não é do Estado?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - É.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - E ele teria condições de fornecer esse estudo mesmo não conhecendo o Estado?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Mas ele conhece o Estado.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Mas não é do Estado e não trabalha no Estado?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Mas não é do Estado.



A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Por fim, V.Exa. sabe informar como o assessor de V.Exa. conheceu os donos da PLANAM?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Não sei, mas deve ter sido por conta da... Eles iam nos gabinetes. Eu não sei, não consigo informar isso, não.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Está certo. Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Desculpe aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marquezelli) - Concedo, agora, a palavra ao Relator, Deputado Eduardo Valverde.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Enivaldo, o senhor conhecia as atividades paralelas do seu chefe de gabinete? O senhor tinha conhecimento do que ele fazia fora do gabinete?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Eu não tinha.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Não conhecia?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Não, não.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Supostamente, para fazer um estudo sobre a implantação de uma empresa, ele levaria um certo tempo.

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Certo, certo.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Esse tempo poderia ser utilizado no horário do expediente ou fora do expediente. O senhor viu ele fazer esse trabalho de estudo técnico durante o horário de expediente no seu gabinete?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Não, não vi. Muitas vezes a pessoa está trabalhando e a gente não fica observando o que a outra está fazendo. As nossas ocupações são grandes; a gente sai o tempo todo; vai pouco ao gabinete; sai para ter outro tipo de... As Comissões, o senhor sabe disso. Então, a gente não fica o tempo todo no gabinete para ver o que um assessor está fazendo.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - O senhor não acha estranho seu chefe de gabinete, um homem de sua confiança, fazer um trabalho paralelo para uma empresa que teria interesse no fornecimento de ambulância, unidade móvel de saúde, para Prefeituras com as quais V.Exa. tinha relação política?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Para Prefeituras?

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - É, Prefeituras, aquelas que foram liberadas.



O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Não, ele não teve nada com... o meu assessor... as emendas foram minhas, o assessor não tem nada a ver com isso. A assessoria que ele prestou foi para o negócio da empresa, essa montadora, ser instalada na Paraíba. Esse estudo econômico foi nesse sentido.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - A pergunta que faço é neste sentido: não é estranho um assessor de sua confiança fazer um trabalho para uma empresa cujo interesse... Porque ela é que fornecia a ambulância, e as suas emendas foram, evidentemente, direcionadas para as Prefeituras, que passaram a ter interesse em comprar ambulância da PLANAM? É estranho.

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - É evidente que eu não gostei que tivesse esse tipo de relacionamento, mas quero deixar claro que essas emendas estão muito explícitas na nossa documentação, não têm...

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Última pergunta. Na tomada de preços, V.Exa. tem ciência que no Município de Ingá...

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Ingá.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - ...Ingá, por exemplo, V.Exa. tem informação de quantas empresas participaram dessa tomada de preços?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Não sei. Não sei.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Se foi uma, se foram duas, se foram três, se foram quatro?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Não sei, não, senhor. Mas isso é fácil de ver, de procurar verificar...

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Além do Sr. Divaldo, alguém mais em seu gabinete teve relações contratuais, relações de amizade com alguém da família Vedoin?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Como é?

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Além do seu chefe de gabinete, o senhor teria outro servidor do seu gabinete que teve contato, ou relações comerciais, ou relações contratuais com...

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Poderia ter contato, assim, se ele tivesse ido ao gabinete, mas outro tipo de relacionamento, não.



O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Os Prefeitos que foram aquinhoados com suas emendas conheceram o Sr. Luiz ou Darci Vedoin?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Aí eu também... Devem ter conhecido, porque não sei se eles... Não sei.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sabe se algum deles recebeu do Sr. Vedoin algum tipo de comissão?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Como é?

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sabe se um desses Prefeitos que mantiveram contato com o Sr. Luiz ou Darci Vedoin recebeu algum tipo de comissão, algum tipo de benefício, algum tipo de valor pecuniário?

O SR. DEPUTADO ENIVALDO RIBEIRO - Sei não.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - São essas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marquezelli) - Muito bem. Agradeço aos Srs. Parlamentares, ao Sr. Representado, ao seu advogado, Rannery Lincoln, a todos os senhores e a todas as senhoras a presença.

Antes de suspender os trabalhos, convoco os Srs. Parlamentares para darmos continuidade à pauta na oitava do Deputado João Caldas, às 14h.

Está suspensa a presente reunião.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marquezelli) - Declaro abertos os trabalhos da 45ª reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Esta reunião foi convocada para a tomada de depoimento do Deputado João Caldas, Representado no Processo nº 51/06. Contudo, às 13h26min, foi protocolado na Secretaria do Conselho atestado médico comunicando a impossibilidade de seu comparecimento.

Em razão do cancelamento da oitava do Deputado João Caldas, com a concordância desta Presidência e do Deputado Marcelo Ortiz, Relator, e do Representado, Deputado João Magalhães, esta reunião será destinada à oitava do Deputado João Magalhães.

Comunico a V.Exas. que o Representado está acompanhado de seu advogado, o Dr. Marcelo Bessa.



Para o bom andamento dos trabalhos, os procedimentos adotados para esta reunião serão os seguintes: inicialmente, o depoente usará a palavra para suas considerações pelo tempo que for preciso. Em seguida, será dada a palavra ao nobre Relator, Deputado Marcelo Ortiz, para suas indagações. Por fim, farei a chamada dos Parlamentares inscritos, primeiramente, os membros titulares e, depois, os suplentes.

Dando início ao depoimento, concedo a palavra ao Sr. Deputado João Magalhães.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Sr. Presidente, Sr. Relator, meus nobres colegas Deputados, Dr. Marcelo Bessa, meu advogado, no dia de ontem, Sr. Presidente... no dia de hoje, tomando conhecimento que o Deputado João Caldas não compareceria, eu solicitei a V.Exa. se a gente poderia antecipar esta audiência, uma vez que a CPI... que a Comissão de Ética está com sua agenda muito cheia e com muitos depoimentos marcados. É uma situação muito difícil que a gente fica, Sr. Presidente, a gente trabalhar com essa denúncia de envolvimento com a máfia dos sanguessugas. Eu já tenho 6 meses que estou convivendo com esse drama, tenho certeza da minha inocência e quero provar isso para esta Comissão de Ética. E me coloco ao inteiro dispor do Sr. Relator para tirar qualquer dúvida que ainda se tenha... que ainda persista na formação da sua convicção e também dos Srs. Parlamentares aqui presentes. Era o que tinha para dizer. Estou à disposição desta Comissão de Ética.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Markezelli) - Com a palavra o Relator, Deputado Marcelo Ortiz.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Sr. Presidente Nelson Markezelli, Sr. Deputado e colega João Magalhães, senhor advogado, que é meu xará, Marcelo também, componentes deste Conselho, Deputados, minhas perguntas resumem-se nas afirmações que foram feitas pelo empresário Darci Vedoin. A defesa que foi apresentada por V.Exa., Deputado João Magalhães, afirma que essas informações são contraditórias e incoerentes.

O Sr. Darci Vedoin esteve aqui nesta Casa e eu perguntei a ele, e ele afirma que...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Não, perdão, é o filho. O Luiz Antônio Vedoin esteve nesta Casa — o Darci eu requeri que fosse inquirido aqui — e afirma que teria pago, a expressão é essa, não pode ser outra, propina a V.Exa. E diz, ele fala aqui que, como comissão, teria pago 42 mil reais em espécie, em dinheiro, em fevereiro de 2006. V.Exa. nega esse fato.

Então, a primeira pergunta que eu faço é: a que V.Exa. atribui, por que teria o Luiz Antônio feito essa afirmação, que teria entregue esse dinheiro a V.Exa.?

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Sr. Relator, primeiramente gostaria de colocar... na nossa defesa, nós mostramos que existe uma controvérsia no depoimento do Sr. Luiz Vedoin e de seu pai, Darci Vedoin. Primeiramente, o Sr. Luiz Antônio disse que me pagou 42 mil reais de uma verba de 350 mil. Logo em seguida, o seu pai disse que foi 10%. Ou seja, então, 10% de 350 são 35, não são 42. O porquê é o que eu estou tentando descobrir. Eu tenho mais de 20 emendas ou 30 emendas de ambulância. Estão aqui nos autos todos os processos licitatórios com diversas Prefeituras e entidades do Estado de Minas Gerais: nenhuma delas foi adquirida da PLANAM ou de qualquer empresa que tenha participado desse esquema que esteja sendo investigado tanto pela Polícia Federal quanto pelo Ministério Público. Algumas vezes fui assediado pelo Sr. Vedoin e pelo seu filho para colocar emendas de ambulância, como diversos Parlamentares foram assediados. Nunca coloquei nenhuma emenda carimbada para que eles pudessem executar. O motivo eu não sei. Poderia ter sido simplesmente a vinculação do meu nome com a liberação de um recurso, e talvez até uma operação interna da empresa. Esses recursos ficaram vinculados ao meu nome. Agora, para quem eles pagaram, aí infelizmente eu não tenho como descobrir. Quero até ressaltar que em seu depoimento aqui, na Comissão de Ética, o Sr. Luiz Antônio Vedoin, antes ele afirmava que havia me pago 42 mil reais. No seu último depoimento, aqui nesta Comissão, ele disse que não sabe se o dinheiro era exclusivamente para mim. Então, ele mesmo já pôs em dúvida para quem ele entregou esses recursos. Então, fica essa dúvida. Eu não sei o motivo, eu não sei se ele tem raiva de mim por algum motivo. Infelizmente, eu não sei.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - A pergunta que eu fiz a V.Exa., porque toda essa colocação que V.Exa. fez agora, as afirmações estão na sua



defesa. E eu li a sua defesa. A minha pergunta foi: por que ele teria feito isso? Se V.Exa. sabe. Por que ele teria feito isso? Por que ele iria acusá-lo? Porque essa colocação de incongruência entre 350 mil, que 350 mil representam mais do que... 42 mil representam mais do que 10% de 350 mil reais, isso é uma questão até aritmética. A gente pode verificar. Mas não é exatamente o que nós queremos saber ou o que esta relatoria pretende saber. O que importa é que agora V.Exa. está dizendo que foi assediado pelos 2.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Sim.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - E quando foi isso?

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Sr. Relator, não foi por 1 vez só, não. Isso foram várias vezes. Há 4 anos eu resido no Hotel Meliá, onde eles também passaram a residir não sei a partir de quando. E sempre a gente era abordado no café da manhã, já fui abordado até aqui mesmo na Câmara por funcionária que os representava fazendo *lobby*, por diversas vezes. Então, não foi 1 vez só. E tenho certeza que se pegar as fitas aqui das gravações dos corredores da Câmara, V.Exa. poderá ver que eles visitavam gabinetes de 100, 200, 300 Parlamentares em busca de emendas para que eles pudessem executar no que diz respeito à venda de ambulância.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Então, V.Exa. não tem nenhum motivo que levasse a esse tipo de acusação? Vou dar um exemplo — eu não costumo fazer isso, mas vou dar um exemplo —, quer dizer, não tem nenhuma questionável anterior entre V.Exa. e o pai, ou o filho, ou os 2?

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Não, nenhuma.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Nessas vezes em que V.Exa. foi assediado, houve algum diálogo ríspido, em que V.Exa. teria dito: *“Olha, não façam isso. Eu não pratico atos dessa natureza”*. E teria gerado alguma coisa. Ou não houve nada disso?

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Não, não houve. Não houve isso, não.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Não houve nada disso?

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Nada.



O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - E todas as vezes que, então, o senhor era encontrado lá no hotel, e eles também estavam no hotel, eles se dirigiam para falar sobre emendas?

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Nem todas as vezes.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Sim.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Algumas vezes que fui abordado.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Não foi 1, foram várias vezes.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Não, algumas vezes também só cumprimentaram, cordialmente e tal, sem nenhum tipo de abordagem.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Mas eles insistiam nisso?

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Por várias vezes.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Insistiam. Sei. Há uma degravação, e nessa degravação o seu nome é mencionado, eles colocam como o nome de um assessor que também teria recebido propina, valores menores, valores de mil reais, 4 mil reais. E eles citam um nome também um tanto quanto estranho, um tal de "Umbelino". O senhor tem alguma coisa para nos informar a respeito disso?

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Sim, Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Tem algum cidadão que esteja na sua assessoria, no seu relacionamento?

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Sr. Relator, quanto a esse "Umbelino", logo que surgiu essa gravação, procurei a Diretoria-Geral da Casa, que forneceu uma certidão, que estão nos autos, que nunca esteve em meu gabinete lotada nenhuma pessoa com o nome ou sobrenome "Umbelino", ou assemelhado. Está aqui no processo, aqui nos autos, uma certidão da Câmara. Quanto ao assessor, no último depoimento do Sr. Luiz Antônio Vedoin neste Conselho de Ética, V.Exa. o questionou sobre isso e perguntou para o Luiz Antônio quem era o "Umbelino", que ele disse aqui nessa degravação. E ele disse: "*Não conheço*". O senhor insistiu, e ele falou que não conhecia. Logo à frente, o senhor perguntou: "*O Sr. João Magalhães tinha algum secretário, algum assessor que tivesse relacionamento com o senhor nesses casos?*" Aí ele disse: "*Só tratei por telefone com algum assessor dele*". "*Ah, o senhor falou com o assessor?*" "*Com o assessor dele, por telefone, falei.*" "*E o senhor lembra o nome dessa pessoa?*" "*Não me*



recordo.” “Foi alguém que o senhor tratava de ‘menino’, ‘rapaz’?” Aí ele disse: “Um rapaz. Não me recordo do nome dele”. “O senhor não recorda o nome dele? E a esse menino, de que o senhor não recorda o nome, foram entregues valores pequenos, inicialmente 3 mil reais; depois, 4 mil; depois 2 mil? Tem alguma coisa nesse sentido?” “Para o assessor dele?” “É.” “Se eu não me engano, foi entregue um valor, mas não sei se foi dessa quantia. Foi algum valor pequeno, por algum serviço que ele prestou.” “Sei. E tinha algum depósito na conta pessoal dele?” Ele disse: “Do assessor?” O senhor perguntou: “É”. Ele disse: “Não me recordo”. “Não recorda?” “Salvo engano, Deputado, eu acho que foi feita uma transferência de uma conta pessoal minha para uma conta dele, mas era um valor de mil reais.” “Sim, mas, então, teria sido feito o depósito através da transferência?” “Acredito que sim, mas esse valor era referente ao pagamento para uma pessoa que tinha feito um serviço para nós.” Aí o senhor perguntou: “Que tipo de serviço?” “Despachante, ele encaminhou...” O senhor perguntou: “Que tipo de serviço?” “Alguns projetos que ele encaminhou junto ao Ministério das Comunicações.” “Era assessor do Deputado e encaminhou alguns processos, é esse serviço?” Ele disse: “Não sei se era lotado no gabinete do Deputado, se ele era assessor efetivamente lotado”. Logo que surgiu essa degravação, também tomei o cuidado, Sr. Relator, de... como eu tenho apenas um funcionário homem lotado aqui no meu gabinete, em Brasília, que é o meu motorista, eu questionei se ele conhecia alguém da PLANAM, se ele conhecia alguns dos Vedoin. Ele disse que não. O senhor pode olhar nos autos também, existe uma autorização espontânea dele, autorizando a quebra do sigilo fiscal, telefônico e bancário. Agora, esse outro suposto assessor, infelizmente, não sei quem é, porque não tenho outro assessor. E, se Luiz Vedoin tivesse o nome dele, até facilitaria. Eu não sei quem é essa pessoa que poderia ter sido um assessor ou supostamente se passava por algum assessor meu.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - V.Exa. mencionou aí a colocação à disposição... de que as contas bancárias fossem abertas; a quebra do sigilo. V.Exa. fez isso também?

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Sim, Sr. Presidente. Quando da minha defesa, quando ele diz que me pagou 42 mil reais no mês de fevereiro de 2006 — fez na CPMI —, que me deu 42 mil reais no mês de fevereiro de 2006, eu



juntei nos autos, eu possuo apenas 3 contas bancárias: duas no Banco do Brasil, onde eu recebo o meu salário; a outra onde recebo minhas verbas indenizatórias; e uma terceira conta no Bank Boston, que agora é Itaú. Eu anexei os extratos bancários do mês anterior, ou seja, de janeiro, o de fevereiro e o de março, onde fica demonstrado que eu não tive nenhuma movimentação atípica, nenhuma movimentação fora das verbas da Câmara e do meu salário. Estão aqui nos autos todos os meus extratos originais.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Está aqui, já está aqui: do Banco do Brasil e do Bank Boston. Mas, se for necessário, fica autorizado.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Esse final da manifestação de V.Exa. ...V.Exa. autoriza que este Conselho faça a quebra do seu sigilo bancário?

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Sem problema nenhum.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Há uma informação também nos autos referente a projetos na área de inclusão digital; que 4 deles teriam sido aprovados. Tem alguma participação do Vedoin nesse...?

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Sr. Presidente, Sr. Relator, posso esclarecer? Sempre que um Ministério disponibiliza algum tipo de programa, eu comunico a todos os Prefeitos de minha base — eu sou votado em pequenos municípios do interior de Minas Gerais, em mais de 50 municípios —, informando que o Ministério está disponibilizando na Internet ou através de confecção de projetos pelas Prefeituras, para que eles possam habilitar esses programas. E realmente o Ministério das Comunicações abriu para que os Municípios pudessem habilitar a receber recursos para inclusão digital. E nós informamos aos Prefeitos. Mais de 30 ou 40 Prefeitos enviaram seus projetos ao nosso gabinete, e nós encaminhamos esses projetos ao Ministério das Comunicações. Eu não me lembro se foram 4 ou 5 — mas foi por aí — que foram liberados. E nenhum deles teve a participação da PLANAM; ela não executou nenhum deles. *(Pausa.)* Se V.Exa. me permite, eu gostaria de fazer um comentário.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - À vontade.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - É sobre uma pergunta que V.Exa. fez anteriormente, sobre o depoimento do Sr. Luiz Antônio Vedoin. Ele disse, no seu



depoimento — e aqui nós até destacamos —, segundo ele, “a licitação e os acertos estão registrados nos diários colacionados na representação policial do próprio interrogando e se referem à licitação em Governador Valadares”. Ele disse que a licitação e os acertos que poderiam estar me envolvendo estariam colacionados nessas gravações da Polícia Federal. E eu destaquei aqui esse trecho da gravação da Polícia Federal, onde não existe nenhum envolvimento deste Parlamentar ou de qualquer pessoa ligada ao meu gabinete nesse processo. Simplesmente o que existe no processo são conversas entre empresários, negociando a participação, ou a retirada, ou a cobertura nesse pregão presencial, onde foi feita essa aquisição desse veículo da PLANAM.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - V.Exa. conheceu Vedoin como, onde, quando? Ou o Darci, ou o Luiz, ou os 2.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Eu acho que foi aqui na Câmara mesmo, por abordagens. Não me lembro, assim... Há 2 anos. Não me lembro. Ele diz que foi num hotel. Não foi. Eu fiquei conhecendo aqui na Câmara. Foi alguma abordagem...

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Sei.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Não me lembro, assim, a data específica.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - V.Exa. diz “abordagem”. Veio já de início oferecendo...

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Não, ele esteve no meu gabinete, na primeira vez, há mais de 2 anos, ou 2 anos e tanto...

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Isso.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - ... levando alguns *folders* de ambulâncias, de veículos especiais que eles fabricavam. Foi a única visita. Não foi tocado em nenhum tipo de assunto sobre emendas ou negociação. Apenas visitou levando prospectos, os *folders* da PLANAM, mostrando os veículos que eles fabricavam.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Então, no seu gabinete ele só teria ido uma vez.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Sim, senhor.



O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Essa primeira vez.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - E falou lá com quem? Só com V.Exa.?

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Só comigo. Entrou, me entregou o *folder*, fez uma visita, tomou café e foi embora.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Por enquanto, eu estou satisfeito.

Depois, se algum outro Deputado fizer pergunta, conforme as respostas, eu posso voltar a perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marquezelli) - Deputada Ann Pontes, concedo a palavra a V.Exa.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Obrigada, Sr. Presidente. Eu ainda estava formulando os meus questionamentos.

Deputado, V.Exa. poderia nos precisar quem são José Arlon Geraldo Valadão, Lara de Araújo Amorim e Robson Rabelo de Almeida?

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Não conheço nenhum deles. Nunca ouvi falar.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Não os conhece?

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Nunca ouvi falar. Não conheço.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Certo.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Repete os nomes, por gentileza.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Pois não: José Arlon Geraldo Valadão.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Não.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Lara de Araújo Amorim.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Também não.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - E Robson Rabelo de Almeida.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Nunca vi. Não os conheço.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - E V.Exa. conhece Marco Antônio?

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Marco Antônio? Não. Não sei quem é.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Também não.



E, com relação à defesa de V.Exa., página de nº 27, V.Exa. informa que tomou conhecimento de que fora feito um depósito de 6 mil reais na conta de V.Exa. Quando V.Exa. tomou...

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Eu? Não.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Tanto assim é verdade que, quando descobriu o depósito na sua conta corrente, bem como da sua origem..

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Não, não...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Não é meu caso, não. V.Exa. deve estar com outra defesa.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - V.Exa. pode estar com outro caso.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Deve ser de João Caldas, não?

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - É. É de João Caldas.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Sr. Presidente, por gentileza, retire os questionamentos feitos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marquezelli) - O.k.

Concedo a palavra ao Relator, Deputado Marcelo Ortiz.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Devidamente perdoável a posição da Deputada Ann Pontes porque o número de processos que nós temos aqui é infinito. Infinito, não, é um número determinado. Mas nós temos 67, 68, 65. É um número grande.

Quem efetivamente participa, como é o caso da Deputada Ann Pontes, com a qual tive oportunidade de falar hoje pela manhã e, repito, está sempre aqui presente, preocupada, questionando, com o objetivo de descobrir a verdade. Nós tivemos a prova um pouco antes: ao ser Relatora de um outro processo, o da Deputada Celcita, se não me falha, entendeu que... vamos ser mais rápidos: pediu a absolvição de S.Exa. E, obviamente, por falta de provas, mas não havia sido carreado nada para os autos nesse sentido. E não teve dúvida nenhuma de pedir exatamente essa absolvição.

Nós, principalmente os Relatores, ficamos aqui numa situação de estarmos na berlinda. Muitas vezes parece que nós é que estamos sendo julgados, primordialmente pela mídia. A mídia não perdoa se nós pedimos uma absolvição,



porque já vem aquele *slogan* da *pizza* ou coisa parecida, e somos colocados na vala comum, de que estaríamos dentro de um acordo ou qualquer tipo de entendimento para liberar as pessoas que estariam ajustadas para isso, o que não ocorre.

Temos a preocupação de julgar corretamente. Não é fácil fazê-lo. Eu já repeti isto mil vezes aqui: advogo há 47 anos e sempre usei o posicionamento de que é preferível absolvermos 10 culpados do que condenarmos 1 inocente. Isso sem dúvida nenhuma. Essa é a grande preocupação deste Conselho.

Este Conselho já teve problemas anteriormente, quando do mensalão, mandando para a Câmara uma decisão condenatória. E, no plenário, as pessoas foram absolvidas. Assim mesmo nós sofremos todas as mazelas da absolvição. E, quando aqui absolvemos, já começamos a sofrer as mazelas aqui mesmo.

Então, essa minha fala é exatamente em razão do que ocorreu agora com a Deputada, porque muitas vezes nós também somos pegos de surpresa. Como agora, por exemplo: eu estava no Palácio, quando fui informado de que o nosso Presidente havia deferido o depoimento do Deputado João Magalhães. E eu cheguei aqui inclusive sem os meus apontamentos, praticamente sem nada; e pedi até à nossa Assessoria que nos trouxesse o processo. Disse que, sem o processo eu não poderia fazer nem perguntas, porque não conseguimos ter tudo na cabeça.

As perguntas foram feitas. Eu acho que os esclarecimentos do depoente são desnecessários. Temos de sempre considerar — e eu respeito muito isso — que o depoimento de quem está envolvido num problema dessa ordem é peça de defesa. Não tenho dúvida nenhuma de que é uma peça de defesa. E S.Exa. não está adstrito a nenhuma sanção, se vier aqui contar a história — S.Exa. ou qualquer outro; não é no caso específico —, a história que quiser nos contar. Aí vamos fazer o confronto com o que temos na parte acusatória.

Em razão desse fato, como hoje nós tivemos apenas a repetição daquilo que já contém a defesa escrita do Deputado, eu não tenho mais perguntas a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marquezelli) - Eu pergunto ao Deputado João Magalhães se tem algo a acrescentar.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Sr. Presidente, gostaria de acrescentar que o que ensejou o início desse processo foi a transcrição de uma degravação feita pela Polícia Federal. E, num certo trecho, Sr. Presidente, Sr.



Relator, diz o seguinte: *“Luiz Antônio pergunta a Darci se este vai conversar com o Deputado João Magalhães (PMDB/MG) no dia seguinte. Darci responde afirmativamente”*. Quando passaram as eleições, Sr. Relator, que nós tivemos acesso ao inquérito da Polícia Federal, através do Dr. Marcelo Bessa, que foi até à Polícia Federal, quando tivemos acesso, não às transcrições, mas às degravações dos diálogos, que nós fomos checar que o trecho transcrito era outro; quando fica muito claro na conversa de Luiz Antônio com o Sr. Darci: *“Não, não. Eu falei que queria falar com ele pessoalmente”*. *“Eu falei: então, meu pai fala com você amanhã”*. O Darci responde: *“Com quem? Com o João Magalhães?”* *“Não, com o ‘ininteligível’”*. Então, uma degravação, quando transcrita, ela foi modificada. Isso alterou todo o conteúdo. Foi onde ensejou o início do processo. V.Exa., Sr. Relator, para instruir o processo, solicitou ao Conselho de Ética, no dia 29 de novembro — o requerimento de V.Exa. foi protocolado dia 3 ou dia 5 —, no Item A V.Exa. solicitou que seja o Representado intimado. Eu vim espontaneamente porque a gente não consegue conviver com esse drama. A gente passa a não ter paz interior mais; a gente fica com isso na cabeça 24 horas por dia. Não só a gente: mas a família, os amigos, todo o mundo sofre junto a gente. E eu imagino o que outros colegas estão sofrendo também. A minha situação é um pouco diferente porque eu fui reeleito, mas eu vejo aí inúmeros colegas lamentando que não tiveram sequer direito de defesa na CPMI; não puderam nem ser candidatos, uma vez que os jornais das suas cidades os colocaram em manchetes durante 30 dias como verdadeiros bandidos. Então, hoje, esta oportunidade que V.Exas. me deram, de espontaneamente vir aqui, para mim já são 50% da minha agonia ficando aqui hoje. Segundo item: V.Exa. pede a intimação do Sr. Darci Vedoin e do Sr. Ivo Marcelo Espínola Rosa. Eu tomei a iniciativa, Sr. Relator, e fui até o Conselho de Ética hoje, e consegui esta certidão: *“Certifico e dou fé que, cumprindo determinação do Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, deputado Ricardo Izar, referente aos processos disciplinares instaurados neste Conselho para apurar o envolvimento dos parlamentares citados na CPMI das Ambulâncias, foram expedidos quatro convites para que o senhor Darci Vedoin prestasse seus esclarecimentos aos membros deste Conselho em datas diversas. Certifico ainda que o convidado, senhor Darci Vedoin, não se manifestou por escrito ou mesmo verbalmente, em*



nenhuma das ocasiões para qual foi convidado". Vem assinado com a data de hoje pela Secretária do Conselho, Teresinha. Eu passo às mãos de V.Exa. V.Exa. pede também a intimação do Sr. Ivo Marcelo Espínola Rosa. Ele ainda não foi notificado. Mas eu tive acesso ao seu depoimento na CPI. E aqui está o depoimento do Sr. Ivo Marcelo Espínola, quando foi questionado pelo Relator Amir Lando sobre João Magalhães. O Relator perguntou ao Sr. Ivo Marcelo: "E não sabe que Parlamentar era o titular?" Ivo Marcelo respondeu: "João Magalhães. Mas não... sei que o projeto foi apresentado pelo Deputado João Magalhães, mas não sei se foi emenda, conforme o Deputado me perguntou". O Deputado Raul Jungmann perguntou: "No caso desses Deputados, o senhor tem conhecimento de algum benefício financeiro que eles auferiram por conta desses projetos?" O Sr. Ivo responde: "Excelência, eu tratava diretamente com um projeto técnico. Essa tratativa com Deputados em Brasília era diretamente feita, ou pelo meu sogro, ou pelo meu cunhado". Deputado Raul Jungmann: "Mas eles nunca comentaram? Eu sei que eles faziam isso. Nós temos noção da divisão de trabalho. Apenas pergunto se o senhor teve conhecimento de que eles tiveram algum benefício ou participaram de alguma negociação em que tiveram algum tipo de vantagem, ou de ouvir dizer, ou diretamente". O Sr. Ivo respondeu: "Eu vou pedir vênias à Mesa porque, se eu disser qualquer impropriedade, eu posso estar maculando aqui o nome de pessoas que eu não conheço diretamente e não tratei. Então, eu peço desculpas à Mesa, até para não macular o nome de uma pessoa que pode ser, lá na frente, inocentada. Peço desculpas à Mesa". O Sr. Ivo Marcelo disse que nunca teve tratativa com nenhum Parlamentar; nunca teve nenhuma informação de pagamento de propina. Disse que cuidava apenas dos projetos técnicos. Também passo às mãos de V.Exa. O Item C, que V.Exa. pediu, "que seja requerida aos órgãos competentes dessa Casa uma lista que contenha informações funcionais sobre todos os servidores, efetivos ou não, que estiveram ou estão lotados no gabinete do Deputado João Magalhães na presente Legislatura". Esse requerimento seguiu ontem para a Diretoria-Geral. Eu estive pessoalmente, hoje, às 10h da manhã, com o Diretor-Geral, Sérgio, e ele me prometeu que até o fim da tarde de hoje todas as informações chegarão ao Conselho de Ética. Eu quero agradecer mais uma vez a paciência dos nobres colegas. Quero agradecer esta oportunidade ao Sr. Presidente e ao Sr. Relator e



solicitar ao nosso Relator que, se tiver qualquer dúvida, pode nos contactar a qualquer momento ou ao nosso advogado, porque nós estamos dispostos, 24 horas por dia, para dirimir qualquer dúvida que V.Exa. por acaso tenha, referente a esse processo no qual nós estamos sendo investigados. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Markezelli) - Com a palavra o Relator, Deputado Marcelo Ortiz.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Eu queria deixar perfeitamente claro aqui que nós não fizemos nada além daquilo que entendemos que é a nossa obrigação. Há compreensão desta Relatoria do que deve estar passando V.Exa. Sem dúvida nenhuma, uma acusação dessa ordem pesa muito, reflete na família, nos amigos. E nós não teríamos dúvida nenhuma de atender, como atendemos, a vinda aqui. Logicamente que eu não quero encômios ao meu procedimento, mas eu estava no Palácio, vim para cá sem almoçar, sem poder... vim direto e com muita vontade de atender esta solicitação, porque eu acho que é obrigação nossa. Que mais não fosse, a consideração pelos colegas, porque nenhum de nós está livre de uma acusação, muitas vezes infundada. E poderíamos até estar aqui respondendo por um processo dessa ordem. E gostaríamos que o tratamento dos nossos colegas fosse exatamente aquele que nós dispensamos. Por isso, o colega não tem nada a agradecer. Simplesmente nos dá a oportunidade de cumprir a nossa obrigação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Markezelli) - Vamos ouvir, então, antes de V.Exa. encerrar, o Deputado Eduardo Valverde.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Deputado João Magalhães, V.Exa. teve alguma emenda parlamentar direcionada a algum município da sua região eleitoral cujo processo licitatório foi ganho por alguma empresa do Grupo PLANAM, ou do grupo, ou associada à empresa do Grupo PLANAM?

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Deputado Eduardo Valverde, eu encaminhei aos autos, dos últimos 5 anos, todas as minhas emendas individuais e de bancada referentes à aquisição de ambulâncias. Todos os processos licitatórios estão nos autos; o processo inteiro, com a nota fiscal de aquisição das ambulâncias, nos últimos 5 anos. Em nenhuma delas a PLANAM foi vencedora; em nenhuma delas. Foram vinte e poucas ambulâncias. Em nenhuma delas: para hospitais



filantrópicos, para Prefeituras; em nenhuma delas a PLANAM foi vencedora do certame.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Ou a PLANAM, ou a empresa associada...

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Não. Inclusive, eu gostaria de, se me permite... Não sei se nós colocamos nos autos uma certidão da CGU, que diz que... A certidão foi fornecida há pouco mais de 30 dias, aproximadamente, onde o Ministro-Chefe da CGU diz que *“até aqui, as emendas individuais do Deputado João Magalhães”* — e ali diz para mais de 10 municípios — *“nenhuma delas foi comercializada com empresas do Grupo Planam ou das empresas investigadas pela CPMI ou pela CGU”*. Se me permite: *“Certifico, em atenção ao requerimento do Deputado João Magalhães,”* — eu requisitei formulário pelo Ofício 340/06 — *“que, no universo de prestações de contas até aqui analisado pela Controladoria-Geral, referentes a convênios de unidades móveis de saúde, de 2000 a 2005, constam emendas do requerente para os Municípios de Manhuaçu, Coroaci, Engenheiro Caldas, Paulistas, Serra dos Aimorés e Tumiritinga, sendo que as licitações respectivas foram vencidas por empresas até aqui não identificadas como integrantes do Grupo PLANAM ou referidas em depoimentos como associadas ao esquema de fraudes na venda de ambulâncias”*. Assinado pelo Sr. Luiz Navarro de Brito Filho, Secretário-Geral da CGU, que veio acompanhado do ofício do Sr. Ministro de Estado do Controle e da Transparência, Jorge Hage Sobrinho. Está nos autos.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Houve algum recurso que, embora não sendo de emendas, mas pelo trabalho parlamentar de apoiar projetos que estão tramitando nos Ministérios? Houve algum recurso oriundo desse projeto aprovado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia ou pelo Ministério da Saúde, com foco na compra de unidade móvel, em que V.Exa. tenha trabalhado na liberação desses recursos, que tenha sido ganho por alguma empresa do Grupo PLANAM?

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Não entendi.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Vamos lá: tem os recursos de emenda...

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Sim.



O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - ... e tem aqueles recursos que são liberados...

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Ah, sim! Esses do orçamentário.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Do orçamentário.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Não. O único projeto, de mais de 100 projetos, foi esse de que ele fala no processo, de Governador Valadares. Eu encaminhei o projeto; não é emenda minha; isso é programação do Ministério.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Exatamente. O valor é de 42 mil reais, não é? Não. De 350 mil reais.

Esta ação *Centro de Inclusão Digital* foi ganha no processo licitatório por alguma empresa do Grupo PLANAM?

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Sim. Foi um pregão presencial, e a vencedora foi a PLANAM. Estão todos os documentos aí, inclusive degravações da Polícia Federal, que já estava investigando a PLANAM, que mostram como foram feitos o processo licitatório e os acordos entre as empresas, sem mencionar, em qualquer dessas degravações, o nome deste Parlamentar ou de qualquer pessoa ligada a nossa pessoa.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - V.Exa. tem alguma relação política com o Prefeito de Governador Valadares?

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Sim. Nós apoiamos o Prefeito e indicamos o Vice, na época da eleição.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - E essa compra foi nesse período?

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Foi... parece-me... eu não tenho... Porque foram várias emendas, eu não posso precisar a data.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - V.Exa. tem algum assessor de gabinete que teria tido com a família Vedoin algum tipo de relação — relação de amizade, relação contratual? Algum assessor do seu gabinete...

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Sr Deputado, na nossa defesa nós já informamos isso. O único funcionário do sexo masculino que eu tenho no meu gabinete, lotado desde o início do ano passado, já há quase 2 anos, é o Alison Januário, que é meu motorista. Mais nenhum outro funcionário. E tenho 4 moças



que trabalham comigo desde essa época também. O único funcionário é o Alison, que já ofereceu — está nos autos — a quebra do seu sigilo fiscal, telefônico e bancário, espontaneamente, quando nós o questionamos se ele tinha conhecimento de alguém da PLANAM ou de pessoas ligadas.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - V.Exa. conhece o Sr. Umbelino?

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Não. Nem imagino quem seja.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Deputado, desculpe-me interferir. É que a todos esses questionamentos S.Exa. já respondeu. Foram feitas perguntas por mim. Esse questionamento do Umbelino, dos funcionários, tudo isso já foi feito. E S.Exa. já respondeu a essas questões

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Não, tudo bem.

Por último, esse contato, esse encontro que ocorreu no Hotel Meliá, o Luiz Antônio Vedoin o procurou no hotel?

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Eu moro no hotel. Eu fui talvez o primeiro morador do Meliá Brasília, quando ele foi entregue, em abril de 2003, no início desta Legislatura. Eu aluguei um *flat* e moro lá desde o início. Eu não sei a partir de quando eles passaram a morar lá. E, naturalmente, no café da manhã, todo o mundo encontra todo o mundo; ali residem vários Parlamentares, Senadores, Ministros de Estado. Então, sempre existia aquele contato: “*Como é que vai? Bom-dia*”. E tal. Mas abordagem no hotel nunca aconteceu.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Ou então em outro local.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Isso eu já expliquei. Eles me visitaram; levaram *folders*, como levaram para vários Parlamentares desta Casa; no gabinete. Tinha uma moça que também trabalhava com eles que nos visitou uma ou duas vezes; uma moça alta, que não me lembro o nome dela, também levando aqueles *folders* e tal.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marquezelli) - Deputada Ann Pontes.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Obrigada, Sr. Presidente. Só gostaria de manifestar meu pedido de desculpas ao Deputado João Magalhães...

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Não por isso, Deputada.



A SRA. DEPUTADA ANN PONTES -porque eu fui induzida a erro aqui na minha programação. Efetivamente eu viria a este Conselho e saí do gabinete com os 2 processos, dado o cuidado com que eu procuro...

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Sei disso.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES -... tratar das questões do Conselho. Mas só para que fique bem claro, Deputado: no entendimento de V.Exa., V.Exa. foi arrolado nessa questão em função de um erro de transcrição de uma gravação? É isso, Deputado?

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - É. Começou com um erro de transcrição. Isso está nos autos. Se você pegar a transcrição da degravação, na transcrição está claramente "*Deputado João Magalhães*"; e na degravação ele não fala que é João Magalhães. Ainda perguntou: "*Magalhães?*" Ele falou assim: "*Não, João...*" — e fica ininteligível. Se você tiver acesso à nossa defesa, estão lá transcritas todas as degravações da Polícia Federal, como também as transcrições. Faz parte da nossa defesa elaborada pelo Dr. Marcelo Bessa.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Obrigada, Deputado. Por favor, aceite minhas desculpas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marquezelli) - Para encerrar, a palavra final ao Relator.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Eu gostaria só de fazer uma última consideração. Eu gostaria, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero fazer um apelo ao Relator. A gente já está vivendo esse drama, isso já faz 6 meses, a gente praticamente fica 24 horas por dia pensando nesse processo do Conselho de Ética. Se não tomar um relaxante, você não dorme, você fica com aquilo na cabeça. No início, Sr. Relator, eu acordava às 3h, 4h da manhã, descia na portaria do meu prédio para ver o que os jornais estavam falando. A gente nem dormia direito. É um peso. E quem conhece a gente, conhece a vida da gente... Num universo de 30, 40 ambulâncias, a PLANAM não ganhou sequer uma licitação. Acho que nem participou, não sei. Então, eu queria fazer um apelo ao Relator. Nós só vamos retornar aos trabalhos no dia 15 de fevereiro. Até eleger a nova Mesa, iniciar os trabalhos e tudo, vai lá para o mês de março. Você ficar convivendo com isso mais 3, 4 meses... Quero fazer um apelo ao Sr. Relator: na medida do possível, se houver



condições, com os elementos já colhidos, que faça o nosso relatório ou pela absolvição ou pela cassação, porque assim acaba isso e eu tiro esse drama da cabeça. É duro conviver com isso. Todo dia, todo dia uma notinha no jornal. Às vezes fatos que a gente nem toma conhecimento, igual nesta semana saiu aí o negócio de um projeto de resolução, na terça-feira sai lá o meu retrato dizendo que eu ia ser beneficiado por uma coisa que eu nem sabia que estava acontecendo. Então, toda semana é uma notinha. E isso vai desgastando a gente, é a família... Minha mãe já tem 73 anos de idade. Então, quero acabar com isso. Se eu for cassado, eu vou para a fazenda cuidar da minha vida, mas pelo menos vou ficar em paz com r. a minha vida, com a minha consciência. Obrigado, Sr. Presidente; obrigado, Sr. Relator; obrigado, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Markezelli) - Com a palavra o Relator, Deputado Marcelo Ortiz.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Quanto ao posicionamento de V.Exa., eu disse anteriormente e repito: vou procurar por todas as formas. Eu sei que nós não vamos ter o término da sua intranqüilidade porque o meu relatório, de uma maneira ou de outra, irá para o plenário da Casa, porque o processo foi iniciado e, mesmo que o parecer seja absolutório, vai para o plenário da Casa, independentemente de qualquer manifestação. É diferente de quando se entende liminarmente que não há o fato, que não há a infração, caso em que o processo só vai para o plenário se houver requerimento de um dos componentes do Conselho. Isso é o que diz o nosso Regimento, o nosso regulamento, o Código do Conselho. Para elaborar o relatório, o processo precisa estar completo, com todos os procedimentos completos — já revelei aqui esta minha preocupação.

Vou analisar os documentos juntados por V.Exa. e, se puder, com esses documentos, vou dispensar a inquirição das testemunhas ali arroladas. Não tenha dúvida alguma: ainda que na semana vindoura não tenhamos aqui qualquer trabalho, eu virei apresentar meu relatório.

Mas para tanto é preciso que a Presidência do Conselho convoque reunião.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Vamos ter 5 sessões na semana que vem.



O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Não, se vamos ter uma sessão do Conselho para isso. O Presidente tem de marcar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Markezelli) - Só quarta-feira.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Só quarta-feira?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Markezelli) - Só quarta-feira.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Mas já está determinado que teremos reunião na quarta-feira?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Markezelli) - Já, na quarta-feira.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Bom, o que importa é que V.Exa. pode ficar ciente de que quero dar uma solução ao caso. Mas, mesmo entendendo o drama de V.Exa., só vou apresentar o relatório, pela cassação ou pela absolvição, no momento em que me convencer. Não apresentaria o relatório sem o necessário convencimento de que V.Exa. deva ser cassado ou absolvido.

Para ter tranqüilidade no julgamento, preciso colher todos os elementos para chegar a uma conclusão. V.Exa. pode ir tranqüilo para casa. Vou me debruçar sobre esse processo. Fazer um relatório não é novidade para mim. Quero que V.Exa. saiba que eu tenho de partir do procedimento que ainda não tivemos nesse processo, que nesse processo. São posições diferentes, mas vou tentar fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Markezelli) – Eu vou conceder a palavra ao Deputado Zenaldo Coutinho, que quer participar, depois V.Exa. continua.

O SR. DEPUTADO ZENALDO COUTINHO - Na verdade, nem precisava ter interrompido o Deputado Marcelo Ortiz, que estava já encerrando sua manifestação, até porque não se trata do assunto abordado, mas, uma vez que V.Exa. o interrompeu, vou apenas registrar que estou encerrando a instrução dos 3 processos para os quais fui designado Relator: dos Deputados Érico Ribeiro, José Divino e Cabo Júlio, lamentando que o Deputado José Divino tenha reiteradas vezes recusado o convite para sua oitiva, bem como suas testemunhas.

Na mesma direção, o Deputado Cabo Júlio, que apresentou atestado médico que vencia após 15 dias. Deixamos vencer os 15 dias e o reconvocamos para estar presente e ele não esteve e apresentou hoje pela manhã um novo atestado médico. Suas testemunhas também não estiveram presentes. Há apenas sua defesa escrita.



Contudo, não creio que haja prejuízo para a formação do juízo a respeito dos 3 casos. As provas são muito evidentes; a materialidade da denúncia ou a inépcia da denúncia, para mim, estão bem evidentes, de acordo com cada caso. Em um, a materialidade é flagrante; em outro, a inépcia também é flagrante e no terceiro havia uma dúvida que só poderia ser superada mediante a apresentação voluntária pelo Representado de sua quebra de sigilo bancário, o que acabou não ocorrendo. É uma denúncia objetiva, positiva, que identifica, inclusive, um depósito em conta, e o Deputado não apresentou a sua conta para aferirmos a sua inocência conforme ele manifestava.

Em razão dessas circunstâncias, eu estou encerrando a instrução processual para que na próxima quarta-feira possa ser pautada a apresentação dos relatórios desses 3 processos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marquezelli) - Como previamente acertado com o Presidente Ricardo Izar, teremos, na quarta-feira, sessões pela manhã, tarde e noite, na quinta também, se os relatores apresentarem seus relatórios. Há interesse desta Comissão de Ética de encerrar a maior quantidade possível de processos ainda neste ano.

Com a palavra o Relator, Deputado Marcelo Ortiz, para encerrar.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Eu complementei a minha fala. Ainda que não tenha a mesma posição, a preocupação do Deputado Zenaldo com os outros casos é a mesma que a minha, porque o processo precisa ser instruído.

Farei o possível para desistir da instrução. Não teremos condições de ter outros posicionamentos que não os que tivemos até agora. Apresentamos os pedidos de inquirição, não conseguimos ouvir as pessoas e ficamos numa situação difícil.

Repito: farei tudo para que isso aconteça. Gostaria muito de poder atender ao pedido de absolvição de V.Ex.a., declará-lo inocente, mas preciso estar convicto de sua inocência. Preciso analisar as provas. Ainda que V.Ex.a. vá ao extremo e me peça para condená-lo ou absolve-lo, mas que o faça logo, não gostaria de concluir somente pela falta de provas.



Farei tudo para que tenhamos uma conclusão quarta ou quinta-feira. tenha V.Exa. a certeza de que virei ao Conselho, se for o caso, somente para apresentar o relatório desse processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marquezelli) - Agradeço a presença de todos e convoco reunião para quarta-feira, às 10 horas.